III CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE/PR

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA – TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

Os amantes

Nos dois primeiros dias, sempre que o telefone tocava, um de nós esboçava um movimento, um gesto de quem vai atender. Mas o movimento era cortado no ar. Ficávamos imóveis, ouvindo a campainha bater, silenciar, bater outra vez. Havia um certo susto, como se aquele trinado repetido fosse uma acusação, um gesto agudo nos apontando.

Era preciso que ficássemos imóveis, talvez respirando com mais cuidado, até que o aparelho silenciasse. Então tínhamos um suspiro de alívio. Havíamos vencido mais uma vez os nossos inimigos. Nossos inimigos eram toda a população da cidade imensa, que transitava lá fora nos veículos dos quais nos chegava apenas um ruído distante de motores, a sinfonia abafada das buzinas, às vezes o ruído do elevador.

Sabíamos quando alguém parava o elevador em nosso andar; tínhamos o ouvido apurado, pressentíamos os passos na escada antes que eles se aproximassem. A sala da frente estava sempre de luz apagada. Sentíamos, lá fora, o emissário do inimigo. Esperávamos quietos. Um segundo, dois – e a campainha da porta batia, alto, rascante. Ali, a dois metros, atrás da porta escura, estava respirando e esperando um inimigo. Se abríssemos, ele – fosse quem fosse – nos lançaria um olhar, diria alguma coisa – e então o nosso mundo seria invadido.

No segundo dia ainda hesitamos; mas resolvemos deixar que o pão e o leite ficassem lá fora; o jornal era remetido por baixo da porta, mas nenhum de nós o recolhia. Nossas provisões eram pequenas; no terceiro dia já tomávamos café sem açúcar, no quarto a despensa estava praticamente vazia. No apartamento mal iluminado íamos emagrecendo de felicidade. Devíamos estar ficando pálidos, e às vezes, unidos, olhos nos olhos, nos perguntávamos se tudo não era um sonho.

O relógio parara, havia apenas aquela tênue claridade que vinha das janelas sempre fechadas. Mais tarde essa luz do dia distante, do dia dos outros, ia se perdendo, e então era apenas uma pequena lâmpada no chão que projetava nossas sombras nas paredes do quarto e vagamente escoava pelo corredor, lançava ainda uma penumbra confusa na sala, onde não íamos mais. Pouco falávamos: se o inimigo estivesse escutando às nossas portas, mal ouviria vagos murmúrios; e a nossa felicidade imensa era ponteada de alegrias menores e inocentes, a água forte e grossa do chuveiro, a fartura festiva de toalhas limpas, de lençóis de linho.

O mundo ia pouco a pouco desistindo de nós; o telefone batia menos e a campainha da porta quase nunca. Ah, nós tínhamos vindo de muito e muito amargor, muita hesitação, longa tortura e remorso; agora a vida era nós dois apenas. Sabíamos estar condenados; os inimigos, os outros, o resto da população do mundo nos esperava para lançar olhares, dizer coisas, ferir com maldade ou tristeza o nosso mundo, nosso pequeno mundo que ainda podíamos defender um dia ou dois, nosso mundo trêmulo de felicidade, sonâmbulo, irreal, fechado, e tão louco e tão bobo e tão bom como nunca mais haverá.

No sexto dia sentimos que tudo conspirava contra nós. Que importa a uma grande cidade que haja um apartamento fechado em alguns de seus milhares edifícios – que importa que lá dentro não haja ninguém, ou que um homem e uma mulher ali estejam, pálidos, se movendo na penumbra como dentro de um sonho? Entretanto, a cidade, que durante uns dois ou três dias parecia nos haver esquecido, voltava subitamente a atacar.

O telefone tocava, batia dez, quinze vezes, calava-se alguns minutos, voltava a chamar: e assim três, quatro vezes sucessivas. Alguém vinha e apertava a campainha; esperava; apertava outra vez; experimentava a maçaneta da porta; batia com os nós dos dedos, cada vez mais forte, como se tivesse certeza de que havia alguém lá dentro.

Ficávamos quietos, abraçados, até que o desconhecido se afastasse, voltasse para a rua, para a sua vida, nos deixasse em nossa felicidade que fluía num encantamento constante. Eu sentia dentro de mim, doce, essa espécie de saturação boa, como um veneno que tonteia, como se os meus cabelos já tivessem o cheiro de seus cabelos, como se o cheiro de sua pele tivesse entrado na minha.

Nossos corpos tinham chegado a um entendimento que era além do amor, eles tendiam a se parecer no mesmo repetido jogo lânguido, e uma vez que, sentado de frente para a janela, por onde filtrava um eco pálido de luz, eu a contemplava tão pura e nua, ela disse: “Meu Deus, seus olhos estão esverdeando”. Nossas palavras baixas eram murmuradas pela mesma voz, nossos gestos eram parecidos e integrados, como se o amor fosse um longo ensaio para que um movimento chamasse outro; inconscientemente compúnhamos esse jogo de um ritmo imperceptível como um lento bailado.

Mas naquela manhã ela se sentiu tonta, e senti também minha fraqueza; resolvi sair, era preciso dar uma escapada para obter víveres; vesti-me, lentamente, calcei os sapatos como quem faz algo de estranho; que horas seriam? Quando cheguei à rua e olhei, com um vago temor, um sol extraordinariamente claro me bateu nos olhos, na cara, desceu pela minha roupa, senti vagamente que aquecia meus sapatos.

Fiquei um instante parado, encostado à parede, olhando aquele movimento sem sentido, aquelas pessoas e veículos irreais que se cruzavam; tive uma tonteira, e uma sensação dolorosa no estômago. Havia um grande caminhão vendendo uvas, pequenas uvas escuras; comprei cinco quilos, o homem fez um grande embrulho; voltei, carregando aquele embrulho de encontro ao peito, como se fosse a minha salvação.

E levei dois, três minutos, na sala de janelas absurdamente abertas, diante de um desconhecido, para compreender que o milagre se acabara; alguém viera e batera à porta e ela abrira pensando que fosse eu, e então já havia também o carteiro querendo recibo de uma carta registrada e, quando o telefone bateu, foi preciso atender, e nosso mundo foi invadido, atravessado, desfeito, perdido para sempre – senti que ela me disse isto num instante, num olhar entretanto lento (achei seus olhos muito claros, há muito tempo que não os via assim, em plena luz) um olhar de apelo e de tristeza, onde, entretanto, ainda havia uma inútil, resignada esperança.

(Disponível em: 200 crônicas escolhidas: as melhores de Rubem Braga. Record. 1977.)

Questão 01

Considerando aspectos e estrutura textuais, é correto afirmar que o texto tem como principal objetivo:

A) Refletir profundamente sobre a invasão do "pequeno mundo" dos amantes, levando o leitor a pensar que o "milagre se acabara".
B) Expor informações, de forma objetiva, buscando fazer o leitor visualizar e sentir o que está sendo descrito, e discutir sobre tal comportamento.
C) Relatar sobre os dias que o autor passou trancado no apartamento com sua amada, desfrutando de um entendimento que era considerado além do amor.
D) Diagnosticar as atuais condições dos amantes, apontando possíveis soluções para os efeitos causados pela fome que os deixou tontos por causa de uma leve fraqueza.

Questão 02

"***Se abríssemos, ele – fosse quem fosse – nos <u>lançaria</u> um olhar, <u>diria</u> alguma coisa – e então o nosso mundo <u>seria</u> invadido.***" **(3º§)**

Tendo em vista que os tempos verbais assumem diversos valores semânticos, na passagem anterior, as expressões destacadas exprimem ações

A) incertas e improváveis.
B) totalmente concluídas.
C) habituais, rotineiras e durativas.
D) momentâneas e determinadas no tempo.

Questão 03

Rubem Braga foi o primeiro a elevar a crônica ao nível da mais alta categoria literária. É possível inferir que o principal objetivo comunicativo do texto "Os amantes", de Rubem Braga, é:

A) Sensibilizar e motivar uma reflexão do leitor sobre as consequências de se viver um grande amor.
B) Advertir sobre a invasão do "mundo dos amantes", tendo em vista a presença do carteiro, a insistência do telefone que toca e as indesejáveis janelas escancaradas.
C) Trazer informações sobre o fenômeno de manter uma aventura através da simplicidade e demonstrar que há muitas formas de amar e de falar de amor, desfazendo de polarizações.
D) Relatar um amor do passado, mantido em segredo por alguma razão, preservando a fineza de ocultar o nome da mulher amada que, ao perceber que o mundo dos amantes foi invadido, mantém uma inútil e resignada esperança.

Questão 04

No texto, o elemento que gera a história narrada é:

A) Os dias que o narrador passou com a amada trancado no apartamento vivendo um grande amor.
B) A vida inútil que levava antes de conhecer sua amada que o fazia emagrecer de demasiada felicidade e hesitação.
C) A decisão do narrador deixar o "mundo dos amantes", pois percebeu que tudo não passava de um efêmero encantamento.
D) O estímulo de vivenciar um "amor às escondidas", que deixava o narrador trêmulo de felicidade e inconsciente das tarefas diárias.

Questão 05

Em relação ao significado das palavras empregadas no texto, apenas uma NÃO está correta; assinale-a.

A) "*Nossas <u>provisões</u> eram pequenas*; [...]" (4º§) – garantias
B) "*O mundo ia <u>pouco a pouco</u> desistindo de nós;* [...]" (6º§) – paulatinamente
C) "[...] *lançava ainda uma <u>penumbra</u> confusa na sala, onde não íamos mais.*" (5º§) – meia-luz
D) "[...] *inconscientemente compúnhamos esse jogo de um ritmo <u>imperceptível</u> como um lento bailado*." (10º§) – sutil

Questão 06

No excerto "*Nossos corpos tinham chegado a um entendimento que era <u>além do</u> amor, eles tendiam a se parecer no mesmo repetido jogo lânguido, e uma vez que, sentado de frente para a janela, por onde filtrava um eco pálido de luz, eu a contemplava tão pura e nua, ela disse: 'Meu Deus, seus olhos estão esverdeando'.*" (10º§), a locução adverbial "além de" indica:

A) Assertividade.
B) Intensificação.
C) Temporalidade.
D) Acrescentamento.

Questão 07

Dentre os trechos destacados a seguir, apresenta-se expressa a ideia de oposição em:

A) "[...] *como se o amor fosse um longo ensaio para que um movimento chamasse outro;* [...]" (10º§)
B) "*Sabíamos quando alguém parava o elevador em nosso andar; tínhamos o ouvido apurado,* [...]" (3º§)
C) "*No segundo dia ainda hesitamos; mas resolvemos deixar que o pão e o leite ficassem lá fora;* [...]" (4º§)
D) "*Havia um certo susto, como se aquele trinado repetido fosse uma acusação, um gesto agudo nos apontando.*" (1º§)

Questão 08

Os recursos coesivos são um conjunto amplo de mecanismos linguísticos usados para o estabelecimento de relações de sentido entre as partes de um texto verbal, tanto na modalidade oral quanto na escrita. O texto lido é formado por ideias bem articuladas, ligadas umas às outras. Para isso, alguns recursos como o uso de expressões que remetem a outras apresentadas anteriormente foram utilizados. Dentre as expressões textuais destacadas, assinale aquela cuja palavra sublinhada não se trata de uma expressão referencial.

A) "[...] *<u>eles</u> tendiam a se parecer no mesmo repetido jogo lânguido,* [...]" (10º§)
B) "*Mas naquela manhã ela se sentiu tonta, e senti <u>também</u> minha fraqueza;* [...]" (11º§)
C) "*Nos dois primeiros dias, sempre que o telefone tocava, um de <u>nós</u> esboçava um movimento,* [...]" (1º§)
D) "[...] *que haja um apartamento fechado em alguns de <u>seus</u> milhares edifícios – que importa que lá dentro não haja ninguém,* [...]" (7º§)

Questão 09

Em qual das citações relacionadas a seguir está evidenciada uma opinião do articulista do texto?

A) "*O mundo ia pouco a pouco desistindo de nós; o telefone batia menos e a campainha da porta quase nunca.*" (6º§)
B) "*Havia um certo susto, como se aquele trinado repetido fosse uma acusação, um gesto agudo nos apontando.*" (1º§)
C) "*Nossos inimigos eram toda a população da cidade imensa, que transitava lá fora nos veículos dos quais nos chegava apenas um ruído distante de motores,* [...]" (2º§)
D) "[...] *senti que ela me disse isto num instante, num olhar entretanto lento (achei seus olhos muito claros, há muito tempo que não os via assim, em plena luz)* [...]" (13º§)

Questão 10

Adjetivo é toda palavra que caracteriza o substantivo, indicando-lhe qualidade, defeito, estado, condição etc. A palavra sublinhada no trecho textual que não exprime qualidade é:

A) "*Ali, a dois metros, atrás da porta <u>escura</u>,* [...]" (3º§)
B) "[...] *tive uma tonteira, e uma sensação <u>dolorosa</u> no estômago.*" (12º§)
C) "[...] *lançava ainda uma penumbra <u>confusa</u> na sala, onde não íamos mais.*" (5º§)
D) "*O relógio parara, havia apenas aquela tênue <u>claridade</u> que vinha das janelas sempre fechadas.*" (5º§)

Questão 11

Considerando a relação semântica estabelecida em "*Nossas palavras baixas eram murmuradas pela mesma voz, nossos gestos eram parecidos e integrados, <u>como</u> se o amor fosse um longo ensaio para que um movimento chamasse outro; inconscientemente compúnhamos esse jogo de um ritmo imperceptível <u>como</u> um lento bailado.*" (10º§), é possível afirmar que a expressão "como" denota:

A) Finalidade.
B) Comparação.
C) Causa, motivo.
D) Termo de movimento.

Questão 12

Tendo em vista o uso coerente da linguagem à situação de comunicação do texto apresentado, assinale o trecho selecionado em que podem ser identificados aspectos informais da língua.

A) "*Mas naquela manhã ela se sentiu tonta, e senti também minha fraqueza; resolvi sair, era preciso dar uma escapada para obter víveres*; [...]" (11º§)
B) "*Ficávamos quietos, abraçados, até que o desconhecido se afastasse, voltasse para a rua, para a sua vida, nos deixasse em nossa felicidade que fluía num encantamento constante*." (9º§)
C) "*Eu sentia dentro de mim, doce, essa espécie de saturação boa, como um veneno que tonteia, como se os meus cabelos já tivessem o cheiro de seus cabelos, como se o cheiro de sua pele tivesse entrado na minha*." (9º§)
D) "*Alguém vinha e apertava a campainha; esperava; apertava outra vez; experimentava a maçaneta da porta; batia com os nós dos dedos, cada vez mais forte, como se tivesse certeza de que havia alguém lá dentro*." (8º§)

Questão 13

No trecho "*Sentíamos, lá fora, o emissário do inimigo. Esperávamos quietos. Um segundo, dois – e a campainha da porta batia, alto, rascante*." (3º§), a palavra destacada pode ser substituída, sem perda semântica, por

A) áspero.
B) austero.
C) definitivo.
D) agradável.

Questão 14

Considerando a organização das ideias e as estruturas linguísticas do texto, assinale a alternativa em que a análise está correta.

A) No excerto "*Mas o movimento era cortado no ar*." (1º§), o "mas" introduz uma ideia de causa, podendo ser substituído pelo "porque", sem modificação de sentido.
B) No trecho "*Então tínhamos um suspiro de alívio*." (2º§), o termo "então" tem a função de introduzir uma retificação referente à ideia anteriormente apresentada no texto. No contexto, pode ser substituído por "ademais", sem mudança semântica.
C) No fragmento "*Entretanto, a cidade, que durante uns dois ou três dias parecia nos haver esquecido, voltava subitamente a atacar.*" (7º§), o conector "entretanto" estabelece relação semântica de contraste e pode ser substituído pelo termo "por conseguinte" sem alteração de sentido.
D) No período "*Nossas palavras baixas eram murmuradas pela mesma voz, nossos gestos eram parecidos e integrados, como se o amor fosse um longo ensaio para que um movimento chamasse outro*; [...]" (10º§), a expressão "para que" apresenta valor semântico de finalidade, podendo ser substituída por "a fim de que", sem prejuízo de sentido.

Questão 15

No trecho "*Nossas provisões eram pequenas; no terceiro dia já tomávamos café sem açúcar, no quarto a despensa estava praticamente vazia*." (4º§), o termo sublinhado expressa, no contexto, a ideia de

A) tempo.
B) escolha.
C) convicção.
D) veemência.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 16

Considere a seguinte proposição:

"Se o Maria trabalha na DPE-PR, então ela domina as ferramentas de informática e sabe atuar de maneira técnica".

Uma proposição equivalente à apresentada é:

A) Saber atuar de maneira técnica ou dominar as ferramentas de informática é suficiente para Maria trabalhar na DPE-PR.
B) Se Maria não trabalha na DPE-PR, então ela não domina as ferramentas de informática ou não sabe atuar de maneira técnica.
C) Não saber atuar de maneira técnica ou não dominar as ferramentas de informática é suficiente para Maria não trabalhar na DPE-PR.
D) Não dominar as ferramentas de informática ou não saber atuar de maneira técnica é necessário para Maria não trabalhar na DPE-PR.

Questão 17

Durante um julgamento, determinado defensor público afirmou:

"Se o réu não é inocente, então as provas estão contaminadas ou o processo será anulado".

A outra parte negou a afirmação feita pelo defensor, dizendo:

A) O réu é inocente, as provas não estão contaminadas e o processo não será anulado.
B) O réu não é inocente, as provas não estão contaminadas nem o processo será anulado.
C) Se o processo não for anulado e as provas não estão contaminadas, então o réu é inocente.
D) Se o réu é inocente, então as provas não estão contaminadas e o processo não será anulado.

Questão 18

Considere o conjunto T formado pelo universo de profissionais que atuam como técnicos administrativos. Se D é o conjunto das pessoas que trabalham na DPE-PR e G é o conjunto de todas as pessoas que possuem graduação, qual alternativa representa o conjunto dos técnicos administrativos da DPE-PR que não possuem graduação?

A) $(D \cap T) - G$.
B) $(D \cap T \cap G)$.
C) $(D \cap G) \cup T$.
D) $(D \cup T) \cap G$.

Questão 19

Na ouvidoria da DPE-PR trabalham dez servidores: seis homens e quatro mulheres. Os cidadãos podem ligar para este setor para tirar dúvidas, pedir ajuda, dar sugestões etc, e são sempre atendidos por um dos servidores de forma aleatória, sendo a probabilidade de atendimento igual para todos os servidores. Assim, se um cidadão ligar duas vezes para este setor, a probabilidade de que ele seja atendido uma vez por uma mulher e uma vez por um homem pertence a qual dos intervalos a seguir?

A) 1,0% até 10,0%.
B) 10,1% até 25,0%.
C) 25,1% até 50,0%.
D) 50,1% até 99,9%.

Questão 20

Considere as seguintes proposições:

P_1: $(A \rightarrow B) \wedge (\neg B \rightarrow A)$

P_2: $(A \leftrightarrow \neg A) \rightarrow ((B \rightarrow \neg B) \vee (A \vee B))$

A respeito dessas proposições, é correto afirmar que P_1 e P_2 são, respectivamente,

A) contradição e tautologia.
B) contingência e tautologia.
C) contradição e contingência.
D) contingência e contradição.

Questão 21

Analise as sentenças a seguir:

I. $x - 4 = 16$.
II. Márcio é servidor público estadual.
III. Ela disse que está nevando em Curitiba.

Das sentenças apresentadas qual(quais) é(são) aberta(s)?

A) I.
B) III.
C) I e III.
D) II e III.

Questão 22

Considere um conjunto C formado pelos números racionais $Z = \frac{r}{s}$, em que *r* e *s* são inteiros positivos definidos nos intervalos: $0 < s < 10$ e $3 < r < 10$. O número de elementos distintos que o conjunto C possui que são múltiplos de 3 é

A) 2.
B) 3.
C) 4.
D) 5.

Questão 23

Ao se realizar uma pesquisa com os técnicos, analistas e defensores públicos da DPE-PR sobre gostarem ou não de cozinhar, constatou-se que:

- Alguns técnicos gostam de cozinhar.
- Nenhum defensor público gosta de cozinhar.
- Todo analista gosta de cozinhar.

Considerando-se que José participou dessa pesquisa, pode-se concluir que:

A) José gostar de cozinhar é necessário para ser analista.
B) Se José não é defensor público, então gosta de cozinhar.
C) Não gostar de cozinhar é suficiente para José não ser analista.
D) José não gostar de cozinhar é necessário para não ser defensor público.

Questão 24

Das alternativas apresentadas a seguir, qual apresenta o raciocínio indutivo?

A) Os técnicos administrativos da DPE-PR são todos felizes. Por isso eu quero passar neste concurso: para ser feliz.
B) Amanhã é feriado para os servidores públicos do Paraná. Assim, os técnicos administrativos da DPE-PR poderão descansar.
C) Para se tornar defensor público é preciso ser bacharel direito. Como Carla é defensora pública, certamente ela é bacharel em direito.
D) Jonas foi participar de um curso na Alemanha. José vai fazer mestrado na França. Marcela foi palestrar em um seminário na Espanha. Ser servidor da DPE-PR significa ter oportunidades de aprimoramento profissional.

Questão 25

Considere os dois argumentos apresentados a seguir:

I. Se alguém é bacharel em direito, então conhece a jurisprudência. Carla conhece a jurisprudência. Portanto, Carla é bacharel em direito.
II. Ou o juiz não deu o veredito, ou inocentou o réu. O juiz deu o veredito. Portanto, inocentou o réu.

A respeito desses argumentos, pode-se afirmar que:

A) Ambos são válidos.
B) Ambos são inválidos.
C) I é válido e II é inválido.
D) II é válido e I é inválido.

CONHECIMENTOS SOBRE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DA DPE/PR

Questão 26

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) tem previsão na Lei Orgânica da instituição, analise as afirmativas a seguir.

I. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão colegiado consultivo, deliberativo e decisório.
II. São membros natos do Conselho Superior: Defensor Público-Geral do Estado; Primeiro e Segundo Subdefensores Públicos-Gerais do Estado; Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado; e, Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado.
III. São membros eletivos do Conselho Superior: cinco Defensores Públicos e cinco membros suplentes eleitos dentre os Defensores Públicos do Estado do Paraná.
IV. O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é presidido pelo Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado.

Está correto, de acordo com a LC nº 136/2011, o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e IV, apenas.

Questão 27

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a instituição tem por chefe o Defensor Público Geral do Estado. Sobre a Defensoria Pública Geral e seus órgãos de assessoria, analise as afirmativas a seguir.

I. A estrutura administrativa mínima para assessoramento do Gabinete da Defensoria Pública Geral é composta, dentre outros, por seis defensores públicos, distribuídos nas seguintes funções: um Defensor Público Geral do Estado; um Defensor Público Chefe de Gabinete; um Defensor Público Assessor de Projetos Especiais; e, três Defensores Públicos Assessores Especiais do Gabinete do Defensor Público Geral, facultado, ainda, ao Defensor Público Geral, a designação de membro para representação institucional em Brasília.

II. O Defensor Público Geral do Estado será substituído, em suas faltas, impedimentos, licenças e férias, pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado ou pelo Segundo Subdefensor Público Geral, sucessivamente.

III. Compõem a estrutura administrativa mínima para assessoramento do Gabinete da Defensoria Pública Geral, dentre outros, dois Técnicos Administrativos.

IV. O Coordenador da Central de Relacionamento com o Cidadão ocupará a função de Defensor Público Assessor Especial do Gabinete do Defensor Público Geral.

Está correto, de acordo com a LC nº 136/2011, o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 28

A organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) tem previsão na Lei Orgânica da instituição. Considerando os cargos, órgãos e funções que compõem a organização da DPE-PR, analise as afirmativas a seguir.

I. Compete privativamente ao Defensor Público Geral do Estado editar resoluções e expedir instruções normativas aos órgãos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, bem como firmar Convênios, Termos de Cooperação, Acordos, dentre outros, com organizações, entidades, instituições, organismos, em nível municipal, estadual e federal.

II. À Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado compete acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná e integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

III. À Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado compete receber e encaminhar ao Defensor Público Geral do Estado representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, assegurada a defesa preliminar.

IV. Compete à Escola da Defensoria Pública do Estado do Paraná, participar da organização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado.

Está correto, de acordo com a LC nº 136/2011, o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 29

Considerando os casos a seguir envolvendo a carreira na DPE-PR, analise as afirmativas a seguir.

I. João, tendo logrado aprovação para o cargo de técnico administrativo da DPE-PR, teve o seu ato de nomeação publicado em órgão da imprensa oficial. Deve, portanto, tomar posse no cargo, no prazo de trinta dias.

II. Maria, tendo logrado aprovação para o cargo de defensora pública, toma posse em seu cargo, iniciando exercício. Seu estágio probatório para apuração do preenchimento ou não dos requisitos necessários à sua confirmação na carreira terá início com o exercício do cargo, e terá a duração de três anos.

III. José foi aprovado e tomou posse para o cargo de técnico administrativo da DPE-PR. Deve, portanto, entrar em exercício, em regra, no prazo de trinta dias, a contar da posse, sob pena de exoneração.

IV. Josefina, membro da Defensoria Pública, foi posta em disponibilidade, tendo em vista a extinção do cargo que ocupava, retornou à carreira após seis meses. Esse retorno é chamado de aproveitamento, considerado uma das modalidades de reingresso na carreira prevista na Lei Orgânica.

Está correto, de acordo com a LC nº 136/2011, o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 30

A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná prevê as garantias e prerrogativas dos membros da carreira, estando entre elas afastamentos e licenças. Tendo em vista as licenças na carreira na DPE-PR, contidas na LC nº 136/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. Tício, com três anos de exercício, poderá obter licença para tratar de interesses particulares, com vencimentos e todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo.

II. Mévio, com seis anos ininterruptos de efetivo exercício no serviço público estadual, tem direito à licença-prêmio pelo prazo de três meses, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, podendo convertê-la em pecúnia, caso queira.

III. Fulana, membro da Defensoria Pública do Estado do Paraná, casada, com Sicrana, eleita Senadora pelo Estado do Paraná, tem direito à licença sem vencimento para acompanhar a esposa.

IV. Joana, grávida, tem direito à licença pelo prazo de seis meses, concedida, mediante inspeção médica, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Está correto, de acordo com a LC nº 136/2011, o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 31

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado desempenha um papel fundamental na manutenção da integridade, qualidade e eficiência dos serviços prestados por essa instituição. Ela contribui para a proteção dos direitos dos cidadãos mais vulneráveis, a transparência das operações e a melhoria contínua, fortalecendo a missão da Defensoria Pública de assegurar o acesso à justiça para todos. Em relação à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, analise as afirmativas a seguir.

I. A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná é exercida pelo Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado indicado dentre os integrantes de categoria mais elevada da carreira, em lista tríplice formada pelo Conselho Superior, e nomeado pelo Defensor Público-Geral do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

II. O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado será substituído em suas faltas, ausências, impedimentos, licenças e férias, inclusive para o fim de composição do colegiado do Conselho Superior da Defensoria Pública, pelo Subcorregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado, nomeado pelo Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado dentre os membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

III. A posse no cargo de Corregedor-Geral do Estado e o respectivo exercício ocorrerão no primeiro dia útil do mês de março seguinte.

IV. O Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado deverá ser destituído por proposta do Defensor Público-Geral do Estado, pelo voto de dois terços do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, antes do término do mandato.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e III.
C) II e IV.
D) III e IV.

Questão 32

Os direitos e deveres têm como objetivo garantir que os servidores da Defensoria Pública atuem de maneira ética, responsável e eficaz, a fim de cumprir a missão da instituição de prestar assistência jurídica aos mais necessitados. Respeitar e promover esses princípios contribui para a credibilidade e a eficiência da Defensoria Pública. Sobre os deveres do servidor da Defensoria Pública do Estado do Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) Trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental, psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.
B) Não ser privado de quaisquer dos seus direitos, não sofrer discriminação em sua vida funcional por motivo de crença religiosa, por convicção filosófica ou política, por classe social, por orientação sexual, por raça ou por etnia.
C) Ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio servidor e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações.
D) Frequentar os cursos oferecidos pela Defensoria Pública do Estado do Paraná para aperfeiçoamento ou especialização, computando-se como banco de horas quando a atividade ultrapassar a jornada ou for realizada em período fora desta.

Questão 33

O ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado é um processo que exige a aprovação em um concurso público, sendo um dos caminhos para se tornar um defensor público. A Defensoria Pública do Estado do Paraná é integrada pela Carreira de Defensor Público e pelo Quadro Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Em relação à carreira da Defensoria Pública do Estado do Paraná, analise as afirmativas a seguir.

I. Os Defensores Públicos Substitutos constituem-se de órgãos de execução da Defensoria Pública vinculada ao primeiro grau de jurisdição, podendo atuar em auxílio ou substituição dos respectivos titulares.

II. No ato de promoção para a classe especial, deverá ser mantida a designação do Defensor na Defensoria atualmente titularizada, enquanto o número de Defensores Públicos em atuação nas Defensorias de primeiro grau for insuficiente, cabendo ao Conselho Superior da Defensoria Pública a regulamentação destas hipóteses.

III. O candidato aprovado poderá renunciar à convocação correspondente à sua classificação antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que, optando o renunciante, será deslocado para o último lugar da lista de classificados.

IV. O prazo para posse dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná é de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação em órgão da imprensa oficial.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e III.
C) II e III.
D) II e IV.

Questão 34

O Estatuto dos Servidores Públicos desempenha um papel fundamental na promoção da boa governança, na proteção dos direitos dos servidores e na melhoria na prestação de serviços públicos. Ele é essencial para garantir que a Administração Pública funcione de forma eficaz, ética e de acordo com os princípios democráticos, beneficiando a sociedade como um todo. Nos termos da Lei Estadual nº 20.857/2021, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Defensoria do Estado do Paraná, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Relotação é o ato de definição da unidade administrativa em que o servidor exercerá as suas atribuições, cujos critérios poderão ser estabelecidos em regulamento próprio.

( ) Compete, exclusivamente, ao Defensor Público-Geral estabelecer a lotação e a distribuição dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

( ) Quando a relotação implicar mudança de Comarca, o servidor deverá se apresentar na nova unidade da Defensoria Pública do Estado do Paraná em até oito dias, a contar da publicação do ato no Diário Oficial, devendo o servidor ser comunicado por correio eletrônico.

( ) A relotação poderá ser precedida de edital de chamamento de interessados na vaga a ser preenchida, cujo resultado será organizado por antiguidade, sem prejuízo de outras condicionantes impostas a bem do interesse público.

A sequência está correta em

A) V, F, V, F.
B) V, V, F, V.
C) F, F, V, V.
D) F, V, V, F.

Questão 35

As penalidades disciplinares são medidas aplicadas aos servidores públicos, incluindo aqueles que atuam na Defensoria Pública, em resposta a infrações disciplinares, violações do código de conduta ou normas internas da instituição. Tendo em vista que essas penalidades visam manter a ordem, a ética e a eficiência no ambiente de trabalho, garantir a responsabilidade dos servidores, e, ainda servem como um meio de responsabilizar os servidores por comportamentos inadequados que possam prejudicar a missão da instituição, analise as afirmativas a seguir.

I. Na aplicação das penalidades poderão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

II. Será punido com suspensão de até quinze dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

III. Durante o cumprimento da pena de suspensão, o servidor perderá todas as vantagens decorrentes do exercício do cargo.

IV. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros suspensos após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver nesse período praticado nova infração disciplinar.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) I e IV.
C) II e III.
D) III e IV.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 36

"Trata-se de um princípio, cujo objetivo é evitar arbitrariedades e o desrespeito aos direitos fundamentais; baseia-se na premissa de que, quando o poder político está concentrado nas mãos de uma só pessoa, há uma tendência ao abuso do poder; é verdadeira técnica de limitação do poder estatal." O conceito anterior refere-se ao princípio da:

A) Legalidade.
B) Segurança Jurídica.
C) Soberania do Estado.
D) Separação dos Poderes.

Questão 37

Considerando os entendimentos da Suprema Corte nacional, bem como o disposto na Constituição Federal de 1988 sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. Com relação ao aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o exercício da liberdade de reunião, o STF decidiu que basta veicular informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local; tal direito é protegido por mandado de segurança.

II. Segundo o STF, a reclamação contra o descumprimento de súmula vinculante pela Administração Pública está situada no âmbito do direito de petição previsto no Art. V, inciso XXXIV, e não no direito de ação; portanto, entende-se que sua natureza jurídica não é a de um recurso; ação; tampouco de um incidente processual.

III. Entende o STF que a ampla defesa e o contraditório não se aplicam na fase do inquérito policial ou civil; desse modo, é direito do defensor, no interesse de seu representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I, apenas.
C) II, apenas.
D) III, apenas.

Questão 38

A perda da nacionalidade é a extinção do vínculo patrial que liga o indivíduo ao Estado. Sobre este tema, com fulcro na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

A) É defeso o pedido para a reaquisição da nacionalidade brasileira.
B) O cancelamento da naturalização do brasileiro naturalizado se dará, unicamente, com a extradição para o país de origem.
C) No Brasil, a extinção do vínculo com o Estado ocorrerá para aquele que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade nacional competente.
D) O texto constitucional assegura que a pessoa fique apátrida, ou seja, aquele que requisitar a perda de sua nacionalidade não necessariamente terá que obter outra nacionalidade.

Questão 39

Tendo em vista o tratamento atualmente conferido à Defensoria Pública pela Constituição da República de 1988 e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil para que os defensores públicos estaduais tenham capacidade postulatória é constitucional.

II. É constitucional lei complementar estadual que, desde que observados os parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, confere à Defensoria Pública a prerrogativa de requisitar, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

III. É constitucional lei estadual que preveja que o serviço de assistência jurídica gratuita será feito, primordialmente, por advogados dativos e não pela Defensoria Pública, por meio de convênio com a OAB, para que esta desenvolva serviço de assistência jurídica gratuita por meio de defensoria dativa.

IV. São inconstitucionais as medidas que resultem em subordinação da Defensoria Pública ao Poder Executivo, por implicarem violação da autonomia funcional e administrativa da instituição.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II e IV, apenas.

Questão 40

"Consistem em políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade." O excerto anterior refere-se às ações

A) afirmativas.
B) de dignidade estrutural.
C) nacionais de combate à xenofobia.
D) internacionais em prol da pessoa em situação de vulnerabilidade social.

Questão 41

A primeira lei estadual de combate à violência política contra a mulher foi sancionada e publicada no Diário Oficial no dia 27/09/2023; tal normativa cria o Programa de Enfrentamento ao Assédio e Violência Política contra a Mulher. O Projeto de Lei, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Leninha, define como violência política contra a mulher qualquer ação, comportamento ou omissão, individual ou coletiva, com a finalidade de impedir ou restringir o exercício do direito político pelas mulheres. A nova lei estabelece diretrizes e objetivos do programa de enfrentamento à violência política, além de critérios e procedimentos para as denúncias; fixa o dever de comunicação às autoridades por parte dos servidores públicos que tenham tomado conhecimento de atos dessa natureza; e, prevê ações a serem instituídas pelo Poder Executivo para tornar eficaz a implementação da norma. Esta normativa é oriunda de qual Estado?

A) Paraná.
B) Rondônia.
C) São Paulo.
D) Minas Gerais.

Questão 42

A Defensoria Pública se revela como instrumento de democratização do acesso às instâncias judiciárias, de modo a efetivar o valor constitucional da universalização da justiça. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade; a indivisibilidade; e, a independência funcional.
B) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
C) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado; a ela incumbe a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais dos necessitados. Por sua vez, incumbe ao Ministério Público exclusivamente a defesa dos direitos coletivos desses.
D) A Lei Federal organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Questão 43

Considere a seguinte situação hipotética: a Defensoria Pública do Estado do Paraná publicou edital de licitação na modalidade pregão, visando à compra de determinado bem. Contudo, tal processo de contratação não se mostrou exitoso. Após certo tempo, o superior hierárquico faz uma consulta a respeito da possibilidade de se proceder com um processo de contratação direta para a compra do mesmo bem, mediante dispensa de licitação, mantidas todas as condições definidas no edital do pregão. Levando-se em consideração as hipóteses de dispensa previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, representa uma hipótese que validamente fundamentaria tal intenção:

A) Não terem surgido licitantes interessados no pregão, caso este tenha sido realizado há seis meses.
B) Não terem sido apresentadas propostas válidas e o pregão ter sido realizado há, no máximo, três anos.
C) As propostas verificadas no pregão, realizado há um ano e meio, tenham consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.
D) O pregão ter sido realizado há menos de um ano, ainda que as propostas apresentadas tenham consignado preço compatível com o fixado pelo órgão oficial competente.

Questão 44

Ato normativo é extinto em decorrência de novo ato que produz efeito contraposto. Trata-se da forma de extinção de atos administrativos:

A) Absorção.
B) Derrubada.
C) Consunção.
D) Convalidação.

Questão 45

Sobre o controle da Administração Pública e seus reflexos no ordenamento jurídico vigente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Constituição prevê que o controle externo popular visando denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, na forma da lei, deve ser realizado por meio de entidade de representação, tais como associações ou sindicatos.

( ) O mandado de injunção, de legitimidade exclusiva da Defensoria Pública, é um dos meios de controle legislativo da Administração Pública, uma vez que tem como objetivo compelir o poder público a editar norma regulamentadora que torne viável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

( ) Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso à informação relativa a prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo.

( ) A Lei de Acesso à Informação é tida como importante diploma que visa ao desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

A sequência está correta em

A) V, V, V, V.
B) F, F, V, V.
C) F, V, F, V.
D) V, F, V, F.

Questão 46

Considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. A pesquisa para fins de justificativa de preço é um requisito legal aplicável às contratações em geral, sendo inexigível nas hipóteses de dispensa de licitação, considerando se tratar de processo contratação direta, não submetido à concorrência.

II. São princípios expressos a serem observados na aplicação da referida lei: a segregação de funções; a celeridade; e, o desenvolvimento nacional sustentável.

III. A Administração Pública, para os fins da lei, define-se como a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

IV. É defeso à Administração combinar as modalidades de concorrência e diálogo competitivo.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

Questão 47

Adenor, servidor da Defensoria Pública do Paraná, foi incumbido por sua chefia imediata de ministrar capacitação a seus colegas que deve abordar o tema do direito à informação e proteção de dados pessoais, de acordo com a tutela jurídica prevista na legislação vigente, especificamente nas Leis nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) e nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Em pesquisa na *Internet*, ele se depara com as seguintes assertivas contidas em publicação realizada em um *blog*, das quais apenas uma é correta; assinale-a.

A) A LGPD, por ser posterior, veio a dispensar as pessoas jurídicas de direito público nela indicadas de instituir as autoridades de que trata a LAI.
B) A LGPD inovou o ordenamento ao estabelecer as classificações de ultrassecreta, secreta ou reservada para as informações em poder dos órgãos e entidades públicas em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado.
C) A LGPD se aplica a entidades públicas e privadas, inclusive pessoas naturais, enquanto que a LAI é diploma legal em que o legislador, por previsão expressa, somente o tornou aplicável a entidades públicas, vedada sua aplicação a entidades privadas, em qualquer caso.
D) Embora com abordagens distintas, ambas as leis buscam a transparência nas relações que envolvam o tratamento e acesso a informações: a LAI declara como uma de suas diretrizes o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, enquanto que a LGPD trata a transparência como um princípio a ser observado nas atividades de tratamento de dados pessoais.

Questão 48

No setor de compras de determinado órgão público federal, aportaram as seguintes minutas de instrumentos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, para revisão jurídica quanto ao atendimento aos ditames da Lei nº 14.133/2021, a saber: contrato X/2023, que versa sobre a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, com prazo de duração estabelecido de quinze anos; contrato Y/2023 de aluguel de equipamentos de informática, com prazo de duração de dois anos; contrato Z/2023 para utilização de programas de informática com prazo de duração de cinco anos. Sobre a duração dos contratos mencionados, pressupondo que os demais requisitos legais aplicáveis estão atendidos, assinale a afirmativa correta.

A) Todos os contratos possuem prazos de duração que respeitam o texto legal.
B) Todos os contratos desrespeitam os ditames da Lei, na medida em que não se admite a duração por mais de um exercício financeiro.
C) Os contratos X/2023 e Z/2023 possuem prazos de duração válidos, enquanto o contrato Y/2023 poderá ter prazo máximo de um ano.
D) Apenas o contrato X/2023 está em desacordo com a legislação de regência, uma vez que não se admite contrato com prazo superior a cinco anos.

Questão 49

Hélio, servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo de engenheiro, utilizou uma retroescavadeira de propriedade do Município em uma obra particular. A respeito do caso hipotético, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

A) Hélio não praticou ato de improbidade administrativa, considerando que a referida Lei tem sua aplicabilidade adstrita a agentes políticos.
B) A Lei de Improbidade, por ser federal, é aplicável a servidores da União, de modo que Hélio somente poderá responder por improbidade, caso haja legislação municipal repudiando sua conduta.
C) Não houve ato de improbidade, pois a Lei somente prevê que este estará configurado caso o agente se utilize do trabalho de outros servidores do ente público para a realização da obra particular.
D) Trata-se de conduta tipificada como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, podendo Hélio ser punido, dentre outras, com as sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até quatorze anos.

Questão 50

Dentre a plêiade de funções importantes que uma Constituição desempenha em um dado ordenamento jurídico, está a incumbência de regular as regras gerais de competências, atribuições e responsabilidades do poder público perante a sociedade no que concerne à prestação de serviços públicos. Cotejando as abordagens doutrinárias e a regulação constitucional do tema, assinale a afirmativa correta.

A) O elemento subjetivo componente do conceito de serviço público impede que a titularidade de sua prestação seja delegada a particulares.
B) O fato de a atividade qualificada como serviço público submeter-se a um regime jurídico de direito público consubstancia seu elemento material.
C) Incumbe ao poder público, na forma da Lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
D) O elemento formal que compõe o conceito de serviço público leva em consideração a compreensão de que se trata de uma atividade administrativa que se materializa em uma utilidade ou comodidade ao administrado.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 51

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. A definição da taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. A Selic é a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil. O BC realiza operações no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a meta da taxa Selic. O órgão responsável pela definição da taxa Selic é:

A) Conselho de Política Econômica (CPE) do Banco do Central.
B) Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco do Central.
C) Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Ministério da Economia.
D) Conselho Monetário Nacional (CMN) do Sistema Financeiro Nacional.

Questão 52

Em 15 de novembro de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95. A PEC 55/2016 foi aprovada pelos senadores. Encaminhada pelo governo de Michel Temer ao Legislativo com o objetivo de equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, a PEC do teto de gastos públicos foi aprovada depois de muita discussão entre os senadores. De acordo com o texto, o teto para 2017, primeiro ano de vigência da PEC, foi definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, a inflação prevista para este ano. A emenda à Constituição, conhecida como Teto de Gastos, buscou:

A) Limitar os gastos públicos por vinte anos.
B) Controlar as despesas orçamentárias por dez anos.
C) Estabelecer limites individualizados para as despesas secundárias.
D) Controlar a inflação por meio de uma política de correção monetária.

Questão 53

Os blocos econômicos surgiram em um contexto amplo de difusão da globalização, que provoca a conexão das economias do mundo inteiro, transformando o planeta em uma vasta rede de trocas comerciais, culturais, políticas, sociais, dentre outras. Esses blocos começaram a se formar com o propósito de reduzir as fronteiras impostas pelos países, com trocas significativas, como mão de obra, serviços, capitais e fluxo de mercadorias. Além disso, têm como objetivo aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), os lucros das empresas e, como consequência, os empregos nos países envolvidos. Os blocos econômicos podem ser organizados pelas seguintes características; analise-as.

I. Zona de livre comércio: os países se unem para a liberação gradual de mercadorias e capitais dentro dos limites territoriais do bloco. É uma integração tímida, visando apenas aos produtos e aos lucros obtidos nessa produção. Como exemplo, podemos citar o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), que envolve os três países da América do Norte: Canadá, Estados Unidos e México.

II. União aduaneira: trata-se de uma evolução da zona livre de comércio. Além da liberação das mercadorias e produtos, é estabelecida uma Tarifa Externa Comum (TEC) aos países de fora do bloco. Isso significa que, quando um país do bloco negociar com outro país que não pertença ao bloco, haverá uma taxa de importação padronizada, igual para todos os que participam da integração econômica. O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um exemplo de bloco que possui a TEC.

III. Mercado comum: possui a integração mais evoluída. Há as duas características anteriores, como a zona de livre comércio e o estabelecimento da TEC, e outras para promover uma ampliação das relações entre os envolvidos. Essa ampliação busca padronizar leis trabalhistas, legislações econômicas, além da livre circulação de pessoas. Além disso, empresas nacionais podem expandir seus negócios, instalando-se em qualquer um dos países do bloco que está nesse nível de integração.

IV. Distinção econômica e monetária: conforme as relações se intensificam e avançam, o bloco econômico pode chegar ao seu estágio máximo e completo: a adoção de uma economia comum e criação de um banco central do bloco. É o caso da União Europeia, que adotou o euro como moeda oficial em 2002. Porém, essa moeda não é adotada em todos os países que fazem parte desse bloco.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.

Questão 54

A Lei Maria da Penha estabelece que todo o caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado através de inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Esses crimes são julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, criados a partir dessa legislação, ou, nas cidades em que ainda não existem, nas Varas Criminais. A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes a programas e serviços de proteção e de assistência social. A Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, passou a ser chamada Lei Maria da Penha em homenagem à mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes e que desde então se dedica à causa do combate à violência contra as mulheres.

(Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher. Acesso em: 08/10/2023.)

A Lei Maria da Penha estabelece que:

A) A violência doméstica contra a mulher depende de sua orientação sexual.
B) A violência doméstica contra a mulher não é classificada em categorias específicas.
C) É permitida a imposição de sanções financeiras, tais como multas ou obrigação de fornecer cestas básicas.
D) A violência doméstica contra a mulher é classificada em cinco formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Questão 55

Primavera Árabe é a forma como ficou conhecido o conjunto de protestos realizados em países árabes do Norte da África e do Oriente Médio a partir de dezembro de 2010 contra regimes autoritários e por melhorias na qualidade de vida da população.

(Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm. Acesso em: 07/10/2023.)

A respeito da Primavera Árabe, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Foi um conjunto de manifestações populares que aconteceram nos países de língua árabe do Norte da África e do Oriente Médio a partir de 2010.

( ) Governos autoritários, truculência policial, desemprego e outras consequências da crise econômica de 2008 estão entre as principais causas da Primavera Árabe.

( ) As principais reivindicações dos protestos eram o fim das monarquias e o estabelecimento de uma teocracia, a reforma política, em alguns casos, e a melhoria na qualidade de vida da população.

( ) As redes sociais desempenharam um papel diminuto no compartilhamento de informações e na organização dos protestos, em virtude das restrições à liberdade de expressão.

( ) A repressão aos protestos e os conflitos gerados a partir de então também resultaram em uma guerra civil na Síria, que perdura até o presente.

( ) Trouxe consigo várias consequências, como mortos e feridos pela repressão, além de refugiados, crises políticas e conflitos internos, incluindo guerras civis.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F, V, V.
B) V, V, V, V, F, F.
C) F, F, V, V, F, V.
D) F, F, F, F, V, F.

Questão 56

A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima Constituição que nosso país tem – e a sexta desde que nos tornamos uma República.

(Disponível em: https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1988/. Acesso em: 07/10/2023.)

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

A) Garantir o desenvolvimento nacional.
B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
C) Promover a conscientização que a desigualdade social é inerente às ações públicas.
D) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Questão 57

A camada pré-sal, que representa um novo potencial petrolífero para o país, fica situada nas bacias do Sul e Sudeste do Brasil e tem cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura. Segundo informações da Petrobras, a camada pré-sal vai desde o litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina e elevará significativamente as reservas de petróleo e gás natural da companhia.

(Disponível em: https://www12.senado.leg.br. Acesso em: 07/10/2023.)

A descoberta do pré-sal representou para o Brasil:

A) Uma diminuição da importação de petróleo.
B) O *status* de autossuficiente em relação ao petróleo.
C) Um aumento da dependência de recursos naturais não renováveis.
D) Um impacto irrisório em função dos concorrentes como a Arábia Saudita.

Questão 58

Criado em 1936, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conduziu seu primeiro Censo em 1940, sendo responsável por oito dos doze censos realizados até hoje, visitando todos os domicílios do país e primando pelo rigor estatístico, a fim de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

(Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 08/10/2023.)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está vinculado ao Ministério

A) da Fazenda.
B) das Cidades.
C) do Desenvolvimento Social.
D) do Planejamento e Orçamento.

Questão 59

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) é uma iniciativa governamental destinada a fornecer água para áreas secas e semiáridas do Nordeste brasileiro. O projeto nasceu em 1985, mas só saiu do papel em 2007. Segundo o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a obra está com 98,98% de execução, restando serviços complementares, que, de acordo com o governo federal, não comprometem a operação do PISF que já fornece água aos estados.

(Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica. Acesso em: 08/10/2023. Adaptado.)

O objetivo primordial do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) é:

A) Melhorar a infraestrutura de transporte viário na região.
B) Fomentar o crescimento da industrial na região Nordeste.
C) Fornecer água para regiões secas e semiáridas do Nordeste.
D) Construir usinas hidrelétricas ao longo do Rio São Francisco.

Questão 60

Itaipu, que em Tupi Guarani significa "a pedra que canta", é a usina hidrelétrica que mais gera energia em todo o mundo. A usina possui vinte unidades geradoras, o que significa que, em condições de climas favoráveis (chuvas em níveis normais), a produção pode chegar a 100 bilhões de *quilowatts*-hora. Utilizando o potencial do rio Paraná no trecho em que o rio passa pelo Estado do Paraná, a Usina de Itaipu é uma empresa internacional, e não estatal como pode parecer. Itaipu é uma Usina Binacional, pois foi construída a partir da Ata do Iguaçu, documento assinado em 22 de junho de 1966.

(Disponível em: https://www.infoescola.com/geografia/itaipu-binacional/. Acesso em: 08/10/2023. Adaptado.)

A construção da Usina de Itaipu surgiu por meio de um acordo entre os seguintes países:

A) Brasil e Uruguai.
B) Brasil e Paraguai.
C) Paraguai e Uruguai.
D) Paraguai e Argentina.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante o período de realização das provas o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação, ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no Edital.

3. Para garantir a segurança do processo, o candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério do Instituto Consulplan, o candidato poderá ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e da impressão digital em formulário próprio, durante a realização das provas. Poderá ser exigida também a identificação pessoal ao candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

4. O caderno de provas consta de 60 (sesenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior. A Prova Discursiva (uma dissertação e uma questão discursiva) será aplicada somente para os cargos de nível superior.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas, para todos os cargos de nível superior, exceto para o cargo de Técnico Administrativo, cuja prova terá duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) devidamente preenchidas assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. O candidato não poderá fazer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito ou redação) em quaisquer outros meios. O candidato flagrado nesta consulta poderá ser eliminado do certame.

10. Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, por motivo de segurança. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no edital terá o fato consignado em ata, pelo Instituto Consulplan, e poderá ser eliminado do Concurso Público. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso.

- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no edital, e inserir as informações solicitadas.